

MOVIMENTOS SOCIAIS EM FORTALEZA E A CRÍTICA DA IDEOLOGIA URBANÍSTICA

SOCIAL MOVEMENTS IN FORTALEZA OF IDEOLOGY AND THE URBAN CRITICAL
MOVIMIENTOS SOCIALES EN FORTALEZA Y LA CRITICA DE LA IDEOLOGÍA URBANÍSTICA

Adelita Neto CARLEIAL¹
adelitacarleial@hotmail.com

RESUMO

Reflexões sobre os movimentos sociais ocorridos, recentemente, no ano de 2013, em Fortaleza são a tônica deste artigo. Para isso se fez necessário olhar a cidade, sua história e cultura. Além de situar a cidade no mundo globalizado, observar a evolução e as mudanças históricas ocorridas nos movimentos nesta cidade, para daí chegar aos traços que permaneceram e aqueles que mudaram as características desses movimentos. Somente, então, se entendeu e interpretou os sentidos desses movimentos. O percurso analítico teve como marco teórico os pensamentos de Lefebvre (1978), Manuel Castells (1980) e Maria da Glória Gohn (1997), permitindo uma reflexão sobre as desigualdades socioespaciais em Fortaleza como motivadora dos protestos, sabendo-se que tais desigualdades são produzidas pela expansão do capital na cidade. Chegou-se a uma definição de movimentos sociais para aplicar a esses protestos recentes numa seara acadêmica bastante diversificada sobre essa conceituação. As mobilizações recentes foram relacionadas a história dos movimentos sociais locais e nacionais ampliando o olhar para os efeitos da Política e do exercício do poder no Brasil sobre esses novos fatos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Ideologia urbanística. Desigualdades socioespaciais.

ABSTRACT

Reflections on social movements that have recently occurred in 2013 in Fortaleza are the focus of this article. For this, it was necessary to take a look at the city from the perspective of its history and culture. Taking into account a context of globalization, the evolution and historical changes of social movements in the city of Fortaleza were observed, in order to access traits that were maintained and traits that have changed in the nature of these movements. Only then the directions of these movements were understood and interpreted. The analytical procedure of the present survey used as a theoretical framework the thoughts of Lefebvre (1978), Manuel Castells (1980), and Maria da Gloria Gohn (1997), allowing the reflection on the socio-spatial inequalities in Fortaleza as the motivation cause of protests, since such inequalities are

¹ Socióloga, professora doutora aposentada do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará, Coordenadora do Laboratório de Estudos de População (gestão 2003-set\2013) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE (ProPGeo).

produced by the expansion of the capital in the city. This work brings a definition of social movements applicable to recent protests in a diversified academic composition of this concept. Recent mobilizations were associated to the history of local and national social movements, which expands our knowledge of the effects of policy and the use of power in Brazil upon those new facts.

Keywords: Social movements. Urbanistic ideology. Social-spatial inequality.

RESUMEN

Reflexiones acerca de los movimientos sociales que se han producido recientemente, en 2013 en Fortaleza son el énfasis de este artículo. Para ello es necesario mirar hacia la ciudad, su historia y cultura. Además, hay que ubicar la ciudad en el contexto del mundo globalizado, al observar la evolución y los cambios históricos de los movimientos en esta ciudad para llegar a los rasgos que mantuvieron y los que han cambiado las características de estos movimientos. Sólo entonces fueron entendidas e interpretadas las direcciones de estos movimientos. El recorrido analítico utilizó como marco teórico los pensamientos de Lefebvre (1978), Manuel Castells (1980) y Maria da Gloria Gohn (1997), lo que permitió una reflexión acerca de las desigualdades socioespaciales en Fortaleza como la motivación de las protestas, tomando en cuenta que tales desigualdades son producidas por la expansión del capital en la ciudad. En este trabajo se propone una definición de los movimientos sociales para aplicarle a las protestas recientes, tras una composición académica diversa de este concepto. Movilizaciones recientes estaban relacionadas con la historia de los movimientos sociales locales y nacionales, lo que permite expandir nuestra mirada hacia los efectos de la política y el ejercicio del poder en Brasil sobre estos nuevos hechos.

Palabras clave: Movimientos sociales. Ideología urbanística. Desigualdades socioespaciales.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende decifrar os movimentos de protesto ocorridos recentemente em Fortaleza, que eclodiram em junho de 2013, numa perspectiva histórica, articulando-os às condições objetivas de desenvolvimento social e político, local e nacional.

Para isso, caracterizará a produção do espaço urbano em Fortaleza, pelo viés das contradições entre Estado e camadas empobrecidas da população, e discutirá o conceito de ideologia urbanística à luz de Lefebvre (1978), porque essas seriam as motivações desses recentes protestos.

O Estado, por pressuposto, serve às classes endinheiradas e aos interesses do capital empresarial, comercial e financeiro, por isso a ação

estatal para o restante da sociedade é pontual e insuficiente, gerando insatisfações e revoltas.

Quando se fala em Fortaleza não se refere a cidade abstrata, porque não existe esse ente *cidade*, mas o que existem são práticas sociais entre indivíduos e grupos sociais no espaço, ações impositivas ou consentidas, no território, de diferentes instituições gerenciadas por grupos e pessoas imbuídas de valores, concepções e ideologias.

Produção das desigualdades socioespaciais em Fortaleza

A cidade de Fortaleza é um espaço de classes, classes dispostas de modo injustamente desigual em seus territórios. Esta cidade é geradora de práticas injustas e insatisfatórias aos cidadãos e cidadãs. Conflitos, tensões, inseguranças, serviços públicos insuficientes e ineficazes fazem parte do cotidiano das classes trabalhadoras e estão longe das preocupações das classes abastadas.

Essas pessoas divididas entre classes dominantes e dominadas produzem uma dinâmica social espacializada, dependente de forças políticas em oposição. O confronto entre práticas antagônicas e suas concepções estruturantes é o motor da história. Esses embates geram protestos, e seguem a lógica das contradições entre interesses de classes divergentes, no espaço e no tempo.

Em Fortaleza, coexistem favelas, áreas de risco, ocupações ilegais com intervenções governamentais destruidoras de parques e construtoras de viadutos. Famílias são removidas de seus domicílios pelo Estado para dar lugar a vias de fácil acesso aos transportes. Os investimentos públicos concentram-se em áreas litorâneas, em megaeventos esportivos, polos de lazer e comerciais, como também, reservam lugar às políticas pontuais de natureza social. A infraestrutura da cidade prioriza o desenvolvimento econômico, valorizando *shoppings*, restaurantes, hotéis e estádios.

Há na cidade espaços de diferentes sociabilidades, alguns inacessíveis e outros gratuitos em dias de comemorações festivas. Desigualmente distribuída e consumida pelos habitantes pobres e ricos, a cidade de Fortaleza é a expressão de práticas e concepções ideológicas que levam ao predomínio

do crescimento capitalista excludente, explorador e injusto que produz insatisfação e indignação a amplos setores sociais.

Contra essa cidade de práticas injustas e ideologia urbanística capitalista se insurgem os movimentos de massa de protesto. Contra essa base material da vida urbana estão diversos grupos e pessoas que manifestam a diversidade da sociedade. Questionadores das ideias e concepções que fundamentam essa prática social capitalista desigual os movimentos sociais exigem mudanças e respostas às suas inquietações.

Lefebvre (1978) discute algumas teses sobre a cidade capitalista, moderna, ocidental e industrial em sua obra *Direito à cidade*, as quais dão luz sobre a cidade de Fortaleza onde insurgem os movimentos sociais e as mobilizações recentes de 2013. Dentre essas teses se destacam:

1. Os problemas da falta de habitação e de suas técnicas construtivas somente podem ser entendidos vinculados à industrialização e ao seu planejamento consecutivo.
2. O crescimento econômico capitalista, nas cidades, é desenvolvimento dirigido para a realização social de restritos setores endinheirados da sociedade.
3. A industrialização é pensada como fim da urbanização, portanto, sua meta e da correspondente urbanização é a realização do modo de vida urbana capitalista de produção, consumo e distribuição desigual da sociedade entre os cidadãos.

Esse pensamento de Lefebvre (1978) pode dar conta de interpretar a vida urbana em cidades capitalistas, em que convivem conflituosamente ricos e empobrecidos, porque Lefebvre olha a cidade e não a vê como um direito de todos e todas. Para ele, não haveria na cidade capitalista, e Fortaleza não foge à regra, o direito à vida urbana em sua plenitude, pois é restrito o acesso aos lugares, aos serviços e bens públicos, portanto, à cultura, ao lazer, ao ócio, à informação, e a todas as sociabilidades possíveis.

O país mantém visíveis desigualdades econômicas e sociais promovidas por políticas paliativas de reformas. O leme da direção política nacional não ruma para a redistribuição da terra urbana aos empobrecidos (não necessariamente a propriedade privada da terra), nem para o aumento de renda e acesso ampliado ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, alterando a estrutura e as relações de produção, por isso,

dificilmente, a questão da habitação digna e de qualidade poderá ser disponibilizada para a grande massa populacional, e o acesso universal aos serviços públicos adequados e suficientes será uma realidade.

A produção contraditória do espaço urbano diz respeito a questão da moradia popular. A produção e o consumo da habitação ocorrem num sistema de troca, onde quem produz é o setor industrial, quem consome é o cidadão cujo salário lhe possibilita trocar sua renda pela mercadoria casa. Essa troca é uma relação desigual entre capital e trabalho, em diferentes escalas, desde o material construtivo, as técnicas empregadas, o padrão usado, os valores que orientam a compra e venda, a localização do imóvel e as condições do entorno. Cada nível de troca tem compradores e vendedores, subalternos e dominantes, propagadores de valores e receptores de propagandas, fiscais e pagadores de impostos. Enfim, na base de todas essas relações estão a vida material e os fundamentos econômicos que orientam as necessidades e a satisfação das carências, que submetem as subjetividades e as imagens que essas permutas propagam nos envolvidos.

Ideologia urbanística

Os fundamentos filosóficos que garantem o *status quo* é a ideologia urbanística. Lefebvre (1978) fala da ideologia urbanística como sendo uma linguagem filosófica sobre a cidade caracterizada pela abstração e especulação. Os filósofos da doutrina urbanística falam de uma cidade global, de um homem urbano como homem em geral, desenvolvem conhecimentos parciais sobre uma cidade com funções e estruturas, e aplicam tecnicamente os conhecimentos especializados em contextos de estratégias e de políticas. Por isso, a doutrina urbanística para Lefebvre é mal fundada e ilegítima interpretação da realidade social, com fortes repercussões sobre a vida das diversas e diferentes pessoas e grupos, que vivem na cidade.

Lefebvre faz uma revisão da literatura sobre a filosofia urbanística desde Platão e Aristóteles, passando por Corbusier, criticando radicalmente as concepções de cidade propaganda ao longo do tempo nas Academias e instituições de saberes. Essas concepções ideológicas dialogam entre si no culto às cidades ideais, utópicas, constituídas de homens livres, sem relações

de trabalho, sem classes, portanto, democráticas e racionais. É essa a mesma base do pensamento moderno sobre as cidades, inclusive sobre Fortaleza. A ideologia urbanística evolui do parcial ao global, do elementar ao total, do relativo ao absoluto. Trata-se de um pensamento metafísico e funcionalista que acredita na funcionalidade da arquitetura, da política, da engenharia. Utiliza certos conhecimentos reais sobre a cidade que vão se especializando e tomando dimensões dogmáticas e absolutas, portanto, perigosas e enganadoras.

Os perigos dessa doutrina urbanista, fundada em filosofia e saberes especializados, são seus aspectos mentais e sociais, isto é, a propagação da teoria da racionalidade e da organização metódica nas empresas e, por conseguinte, na cidade. A noção de espaço, nessa ideologia, é formulada como absoluta, relegando a noção de tempo e de futuro. Nela tudo se espacializa, negando a história e a consciência, por isso, aquilo que foge a essas regras é patológico. Daí existirem espaços sadios e espaços doentios (LEFEBVRE, 1978).

Os questionamentos feitos pelos detentores da ideologia urbanística vigente invalidam a habitação popular. Para eles, essa habitação desrespeitaria o padrão urbanístico oficial e isso seria um grave problema urbano. Fazem crer, os técnicos e acadêmicos urbanistas, inclusive isso ocorre, hoje em Fortaleza, que tal fenômeno, da produção de habitações populares fora da lei, ocorre por falta de organização urbana, de falha no projeto, que os códigos legais não são cumpridos, além das leis promulgadas serem desacompanhadas da vigilante fiscalização dos órgãos públicos e da sociedade.

Não obstante serem verdades essas afirmativas críticas sobre a gestão pública da cidade, e nem acreditando na mão invisível que tudo poderia regular independente de vontades individuais, a questão habitacional ultrapassa esses aspectos, mas caracteriza-se em falta de direito à cidade. É uma questão política a produção de casas populares, legais ou não, que tem a ver com as condições gerais de seus moradores, tipo de trabalho e nível de renda, com a falta de informação e de educação formal, pois maior renda poderia permitir à população assalariada na cidade outras possibilidades habitacionais. A solução

encontrada pelos empobrecidos para morar responde a outra ótica, a diferentes estéticas e ética, relativas à resistência, à sociedade alternativa e à crítica social.

A ideologia urbanística tem a perspectiva de *cidade sadia*, onde as favelas, cortiços, ocupações, áreas de risco incluídos nos *aglomerados subnormais* (IBGE, 2000; 2010) seriam espaços enfermos, portanto, passíveis de intervenções governamentais. A esses técnicos, Lefebvre (1978) chama de “médicos do espaço”, especialistas em conceber o espaço social harmonioso, normal e normalizante (p.62).

Despreza Lefebvre o discurso valorativo da cidade/produto concebido e propagado pelo saber/domínio científico e técnico, que valoriza o capital e suas consequências, desprezando a cidade como obra humanizada, com sentido, isto é, apropriada pelos homens e mulheres construtores e desejosos dessa obra em seu tempo, e no espaço do corpo.

Mas, o curso da história não é retilíneo e homens e mulheres, nas cidades e no campo, contestam e reagem, fazendo sua história através de lutas e revoluções como ocorre em Fortaleza, onde a história é feita de lutas sociais.

Permanências e mudanças entre movimentos sociais antigos e recentes

Lutas sociais são insurreições de massa contra governos e/ou patrões que não representam os interesses da população. Predominaram na história da humanidade as lutas dos explorados contra os exploradores, dos dominados contra os dominadores, dos proletários contra os burgueses, isto é, as lutas de classes, como os estudos de Marx e Engels (1978) e Marx (1978) confirmam.

As experiências históricas indicam lutas contra a precariedade da vida e em defesa de outra sociedade diferente, portanto, contrária a opressão entre os homens. Os pobres e oprimidos eram as forças de enfrentamento contra o Estado. Eles, os opositores ao Estado, foram dirigidos por líderes, intelectuais orgânicos (GRAMSCI,1982), que os orientavam com ideias e promessas. Pessoas e grupos sociais lutavam e perdiam suas vidas, outras conquistavam vitórias, imbuídos de crenças e alimentados pelo mito da justiça social, apregoado diretamente pelos ideólogos de cunho socialista.

No século XX as revoltas de massa foram os movimentos sociais, uma nova configuração das lutas sociais. Segundo Gohn (1997) movimentos sociais são processos sociopolíticos e culturais da sociedade, num universo de forças sociais em conflito, portanto, não são grupos constituídos nem uma ação de classe, mas ações transformadoras de homens na história; são formas de luta social de atores sociais; expressões de poder da sociedade civil que politizam e inserem as demandas por bens, serviços e direitos sociais na esfera pública da luta política.

Segundo Anthony Giddens (*apud* GOHN, 1997) os movimentos sociais são ações coletivas fora da esfera estabelecida pelas instituições. Para Charles Tilly (*apud* GOHN, 1997) são fenômenos de opinião de massa lesada e mobilizada em contato com autoridades; e que se contrapõem aos partidos políticos, sindicatos, associações, entidades formais, ampliando o campo da política.

Encontram-se, desde essas interpretações acerca dos movimentos sociais, a característica de identidade do grupo. Desde esse período que a teoria enxerga nos movimentos sociais a posse da noção de identidade como grupo que se diferencia de outros. Essa identidade grupal consolidou-se, paulatinamente, chegando a exacerbação em diversas ocasiões, quando veio a rejeitar partidos, sindicatos e demais agrupamentos organizados e institucionalizados, como forças de apoio ao movimento. O que se observa nos movimentos recentes é a repetição, porém acentuada, dessa negação à institucionalidade e a identificação com grupos formais.

Gohn e os autores citados por ela em sua definição de movimentos sociais negam o caráter de classe dos movimentos sociais, porque entendem a sociedade civil homogênea, e não percebe que os movimentos sociais travam uma luta de interesse de classe mesmo que não seja de uma classe específica, mas sua intenção é defender interesses de classe: a classe oprimida e submetida ao jugo do capital.

Nega-se essa perspectiva teórica da exaltação individual dos componentes dos movimentos sociais *clássicos*, termo utilizado para diferenciar do fenômeno contemporâneo. Pressupõe-se que os componentes desses movimentos têm uma situação de classe em si, quando são eles os

próprios trabalhadores assalariados, e/ou a condição de classe para si, nos casos de participação de pessoas que tomam posições e defendem conscientemente os interesses da classe dominada.

Esse caráter de classe que se mantém nos dias de hoje nos movimentos recentes de protesto em Fortaleza e no Brasil tem explicação nos resultados da pesquisa histórica.

Pela leitura de Barreira (1992) pode-se dizer que, historicamente, a dinâmica dos movimentos sociais mostrou sua relação conflituosa com o Estado, através das políticas públicas, resultantes das demandas populares por bens de consumo coletivo.

Segundo aquela autora, os movimentos sociais praticam a contestação ao oponente; expressam uma nova forma de fazer e conceber a política; formam sujeitos políticos; criam um campo de expressão do conflito; elaboram uma cultura política; afirmam valores; constituem identidades; redefinem a política com discursos e práticas; constroem o cotidiano político; experimentam o espaço vivido; resistem e recriam a ordem e a desordem social; constroem formas de sociabilidade e regras de convivência solidárias; comportam lideranças, seguidores e interlocutores políticos, mediadores; tornam públicas suas experiências de organização e de contestação pela ação dos interlocutores; trazem contradições e diferenças entre seus componentes; transitam entre a autonomia e o atrelamento às lideranças, aos assessores e aos políticos; circulam entre a construção da democracia interna e o corporativismo elitizante.

Barreira (1991) define movimentos sociais como processos de organização e contestação efetivados por moradores que agregam um conjunto amplo de lutas sociais, cujo objetivo básico é a posse mediata e imediata de bens de consumo individual e coletivo, compatíveis com a inserção no *habitat* urbano e com os padrões culturais e coletivos de reprodução da força de trabalho.

Essas conceituações acerca dos movimentos sociais *clássicos*, baseadas na realidade social nacional dos anos 1970, 1980 e 1990, ajudam a compreender e explicar os movimentos sociais recentes em Fortaleza e suas especificidades. Pelo esforço analítico crítico sobre essas concepções pode-se

observar outras mudanças na formação, evolução e dinâmica dos movimentos sociais. As permanências entre os movimentos anteriores e os recentes são que ambos se dirigem contra o Estado, lutam contra o capitalismo em suas diferentes expressões, por isso, seu caráter crítico e político. A grande diferença é a inclusão de grupos sociais autodenominados de anarcorradicais que utilizam táticas de destruição do patrimônio privado e público que simbolizam o Capital. Independente do formato que a pluralidade de grupos sociais envolvidos nos movimentos recentes imprime às manifestações de protesto o resultado geral é maior participação, transgressora ou consentida, e por isso redefinem as práticas democráticas.

Enfim, Castells (1980) concebe os movimentos sociais como novas formas de conflito social ligado à organização social coletiva, ao modo de vida. Seriam práticas sociais contraditórias que alteram a ordem estabelecida a partir dos contrastes específicos da problemática urbana. Nesse conceito a produção contraditória do espaço urbano será definidora da insatisfação dos cidadãos e motivação para a onda de protestos.

Essa definição é adequada para se identificar e analisar os movimentos recentes que ocorreram no Brasil e em Fortaleza, levando em consideração a herança da experiência histórica e a contextualização das manifestações. Os movimentos recentes, então, teriam certas características semelhantes às dos movimentos passados e outras maneiras de agir de acordo com o nível atual de desenvolvimento social e político. Em cada etapa histórica esses fenômenos tomaram feições particulares requerendo olhares e saberes específicos.

Aqui, o que definiria uma classificação dos *movimentos sociais* seria a prática social de seus membros: o que fazem e como fazem. Daí, ser conveniente e adequada a seguinte tipologia:

- *Movimentos sociais* pela ordem (cujos objetivos é a manutenção do *status quo*, aperfeiçoamento da situação vigente e apoio a ideologia urbanística).
- *Movimentos sociais* pela emancipação (cuja finalidade é mudar a condição desfavorável de seus membros e da sociedade).

Essa tipologia ampliada, do ponto de vista metodológico, permite incluir as particularidades e a diversidade dos movimentos de protesto em uma das duas dimensões políticas de movimentos sociais. Por exemplo, *movimentos*

sociais corporativos (restritos aos interesses específicos de seus membros) podem ser pela ordem ou pela emancipação, dependendo das práticas de seus componentes. Outro exemplo, *movimentos sociais globalizados* (onda de protesto de pessoas, com livre acesso a comunicações virtuais, que assolou o planeta, na segunda década do século XXI) tanto podem ser reformistas, defensores do aperfeiçoamento da ordem social, quanto emancipatórios, quando questionadores do sistema capitalista.

O percurso histórico dos movimentos sociais urbanos no Brasil e em Fortaleza

Na prática, ao longo de cinco décadas os movimentos sociais brasileiros e fortalezenses passaram por formações distintas e se relacionaram com o Estado de modo diverso, oscilando entre movimentos contra a ordem e movimentos reformistas.

Nas décadas de 1970 e 1980 a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, com repercussões em Fortaleza, mostrou mudanças na forma de agir e no conteúdo de suas reivindicações indicando uma maior amplitude de componentes e uma interseção com outros movimentos.

O cenário brasileiro dos movimentos sociais, de 1972 a 1984, segundo Gohn (1997) foi de lutas pela democratização do país e pelo acesso a serviços públicos, protagonizados por movimentos nacionais pela Anistia, greves operárias, associações de moradores e movimento estudantil. Explicam esses movimentos a história nacional antecedente de Ditadura Militar (1964-1984) com uma ação violenta contra estudantes e organizações de esquerda, promulgação do Ato Institucional Nº5, prisões e mortes de trabalhadores e de seus defensores. Sem conciliação com o Estado de exceção os movimentos desse período eram nitidamente contra o regime.

Final da década de 1970 e na década seguinte de 1980, na esfera do trabalho, a luta social dos trabalhadores construiu o novo sindicalismo, as greves, a luta pela Anistia e pela volta às livres eleições, criou centrais e partidos políticos. Os movimentos deste período caracterizaram-se pela demanda por participação política dentro do Estado, portanto, pelo

aperfeiçoamento da ordem social, o que culminou na Assembleia Nacional Constituinte e a nova Constituição Federal de 1988.

Nos anos de 1985 a 1989, ocorre a ampliação dos movimentos sociais com a incorporação de movimentos de negros, índios, mulheres, meninos e meninas de rua, movimento ecológico e de homossexuais. A marca deste período é a mobilização em redes internacionais, contra o neoliberalismo e a globalização, nesse aspecto foram movimentos contestadores do *status quo*.

Na década de 1990, os movimentos sociais sofrem um refluxo pela intervenção do Estado cooptando lideranças; diminuem os recursos financeiros externos aos movimentos, os conflitos internos imobilizam os movimentos, o processo de burocratização de entidades acentua-se, o aumento da pobreza enfraquece a participação popular, produzindo o que se denominou como crise dos movimentos sociais (GOHN, 1997; CARLEIAL, 2003).

As mudanças no cenário político nacional e local, no início do século XXI, são decorrentes desses fatos anteriores como a crise política no campo das esquerdas e dos movimentos sociais, que apontaram para uma nova configuração dentro da globalização capitalista, dos ajustes econômicos, da reinvenção do Estado e do desemprego estrutural.

A nova era mundial tem mostrado as implicações do avanço capitalista no mundo, tais como: estacionamento das formações democráticas; ampliação das modalidades de exploração da força de trabalho; redefinição dos blocos de poder local atrelando-os mais intensamente aos interesses transnacionais; redesenho das nacionalidades e dos Estados nos países periféricos.

Este é o cenário das lutas sociais na década de 2000: Espaço do fortalecimento político dos modelos neoliberais de dominação, da crise do emprego e da reconversão/reconfiguração das lutas sociais para enfrentar este quadro crítico.

As consequências políticas da mundialização do capital no Brasil foram transformações institucionais e não-institucionais. O Estado burguês nacional enfraqueceu e o Estado burguês internacionalizado consolidou-se, por isso, a democracia institucional perdeu vigor e os movimentos não institucionais ganharam visibilidade. Os parlamentos perderam sua polaridade e adquiriram uma feição homogênea sem limites entre esquerda e direita, abrindo aos

sindicatos participarem cada vez mais das instâncias estatais. Os movimentos dos excluídos e dos sem cidadania tomaram novo impulso mostrando que estavam na ponta do enfrentamento contra o Estado, daí houve um revigoramento da luta no campo com o Movimento dos Sem Terra.

No Brasil vai se constituindo um vácuo político de ideias e utopias, com a indefinição de campos tradicionais da Política, esquerda e direita, desenvolvendo ou especializando uma esquerda pragmática que almeja a conquista do poder institucional, a obtenção de cargos no legislativo e executivo, esquecendo o papel dos partidos como dirigentes da revolução, das lutas populares na direção de uma transformação estrutural da sociedade. As massas ficaram acéfalas e isto dificultou o embate e a obtenção de conquistas populares, nos formatos das lutas até então conhecidas como movimentos sociais.

Isso é mais uma razão para nos movimentos recentes de protesto no Brasil e em Fortaleza observar-se uma aversão à institucionalidade dos partidos tradicionais. Por outro lado, tem havido forte influência de formatos de lutas ocorridos em outros países e amplamente divulgados pelos canais a cabo, *internet*, redes sociais e outros tipos de comunicação virtual.

Em 2013, as cidades brasileiras foram tomadas por grupos de insatisfeitos e indignados em marcha protestando pelas condições precárias de transporte urbano e de serviços públicos, impropriedades administrativas e mau uso da política institucional. Como as demais, Fortaleza foi palco em junho de 2013 de uma peça política onde os atores eram jovens, inicialmente e predominantemente, para depois ensaios de grupos sindicais e partidários ampliarem a dramaturgia nacional.

Esse contexto instiga a questionar sobre quem são os protagonistas dessa história recente que retrata a necessidade da população, em seus diferentes segmentos, tomar as rédeas de suas vidas. Em decorrência, pode-se indagar qual seria o papel desses movimentos recentes nas mudanças na vida urbana, e na cena política.

Para compreender e explicar esses movimentos recentes o que inquieta aos teóricos é a ausência de liderança definida e de reivindicações unificadas e coletivas. Como, então, delimitar esses recentes movimentos sociais marcados

pela ausência de comando definido, de objetivo claro, organização, alvo, finalidades e estratégias?

O esforço analítico tem sido feito incluindo a pluralidade de formatos de manifestações não convencionais como elemento estruturante dos movimentos recentes. De fato, esses movimentos convocados por redes sociais informatizadas tinham comandos obedecidos sem sujeito permanente; pluralidade de interesses, objetivos e de táticas; indefinição do opositor; independência de comando organizado; aversão à política convencional; além de certa influência de mobilizações realizadas nos centros do capitalismo, de natureza anticapitalistas ou reformistas.

O fato de não serem movimentos sociais *clássicos* não tira a importância que essas mobilizações tiveram e têm na vida política nacional nem desconhece o peso político que tiveram nas mudanças ocorridas.

Mas, passado o impacto dos movimentos de protesto de junho de 2013, parece mais evidente que os grupos sociais organizados voltaram a ocupar as ruas com mais força.

Por exemplo, no dia 15 de outubro do mesmo ano, dia dos professores no Brasil, as redes sociais chamaram professores no Rio de Janeiro e em São Paulo onde milhares de manifestantes defendiam planos de salários e carreiras e aumento salarial. Alunos e professores da Universidade de São Paulo pediram participação na eleição do reitor.

Nesse mesmo dia, houve a Marcha dos Enganados que foi um protesto de policiais militares paulistas reivindicando por aumento salarial. Observam-se novas denominações dadas pelos ativistas, aos movimentos, que seguem uma onda midiática, como outro exemplo, a Marcha dos Indignados. Essa forma de expressar o movimento nega a conotação classista dos movimentos, mas isso não faz deles outra coisa diferente de uma expressão classista concreta.

No Ceará, em outubro e novembro de 2013, estavam em greve alunos, funcionários e professores das três universidades estaduais do Ceará, na Capital e Interior, reivindicando mais verbas para a educação, recuperação das unidades no interior do estado, assistência estudantil, concurso público para professores e funcionários, dentre outras demandas.

O novo nesses movimentos recentes é a participação e aceitação, por uma parte dos integrantes dos movimentos, de grupos anarcorradicais. A inserção desses grupos nas manifestações e o uso da repressão policial intensiva produzem uma radicalização maior nos movimentos.

Tanto as mobilizações de junho de 2013 quanto os movimentos sociais *clássicos* ajudam a entender a cidade. Eles são expressões urbanas, principalmente. São protagonizados por pessoas moradores citadinos que vivem e contestam a vida, a gestão, e os problemas urbanos justificados pela ideologia urbanística.

A cidade, então, é o território de disputas promovidas pelos movimentos sociais recentes e é a base material e espiritual, no sentido das subjetividades, onde as lutas acontecem.

Ao longo das últimas cinco décadas, os movimentos sociais sofreram profundas mudanças em seu formato organizativo e formas de manifestação.

Essas mudanças podem ser observadas na dinâmica dos movimentos recentes, em relação aos movimentos sociais *clássicos*, quando foram utilizadas ações diretas sem mediações; ocorreram atos de violência para produzir fatos políticos; incluídas forças anárquicas e violentas independente da vontade dos demais componentes; aumento da repressão do Estado pelo número de prisões ocorridas.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais recentes vieram do seio dessa sociedade moderna, capitalista e industrializada e contra ela se insurgiram munidos das ferramentas e dos conhecimentos gerados por essa mesma sociedade informatizada e globalizada.

Esse processo histórico determinado, independente de indivíduos particulares, gerou condições objetivas e propícias para a formação desses movimentos, de seus líderes e componentes.

O estágio atual do avanço do capitalismo sobre o planeta produz também as forças que a ele se opõem. Essas forças sociais redefinem estratégias de modo adequado a essa expansão diversificada, massiva e

abrangente, daí a radicalização dos movimentos, sua ocorrência em inúmeros lugares.

Contrários a pluralidade de mazelas sociais os movimentos de protesto recentes no país e na cidade de Fortaleza são resultados do longo período histórico, de cinco décadas de experiência, avançando e negando a participação restrita em instâncias tradicionais da ação política representativa. Os movimentos sociais têm redefinido os seus repertórios reivindicativos ampliando suas demandas contra todo e quaisquer tipos de práticas governamentais ou sociais que levem a desigualdades sociais e injusta repartição coletiva dos produtos e bens, materiais e simbólicos, do desenvolvimento social e econômico.

Na contemporaneidade, os movimentos sociais têm ampliado o conceito de democracia por suas práticas reivindicativas, dentro ou fora da institucionalidade, negando a democracia estreita da participação na política partidária, sindical ou associativa, dissociada da cidadania, entendida como condição de viver a vida social sem desigualdades, sem injustiça econômica, sem exploração e exclusão.

Referencias bibliográficas.

BARREIRA, Irllys. Movimentos urbanos, Estado e política social: dinâmica da reprodução e do conflito. In: BARREIRA, Irllys, BRAGA, Elza (Coord.). **A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

BARREIRA, Irllys. **O Reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

CARLEIAL, Adelita Neto. Transformações no sindicalismo latino-americano no contexto da globalização. In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org.). **América Latina: Transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: UFC, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. 6.ed. México: Siglo XXI, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais; paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **El Derecho a la ciudad**. Historia, ciencia sociedad 44. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

MARX, Karl, ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. México: Cultura Popular, 1978.

MARX, K. **La guerra civil em Francia**. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1978.